

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**

**CURSO DE ECONOMIA**

**ROD ROMANO**

**ASPECTOS DETERMINANTES DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO:  
UM ESTUDO DE CASO DE BOM JARDIM DA SERRA/SC**

**CRICIÚMA/SC**

**2016**

**ROD ROMANO**

**ASPECTOS DETERMINANTES DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO:  
UM ESTUDO DE CASO DE BOM JARDIM DA SERRA/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel no curso de Economia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Dr. Dimas Oliveira Estevam.

**CRICIÚMA/SC**

**2016**

**ROD ROMANO**

**ASPECTOS DETERMINANTES DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO:  
UM ESTUDO DE CASO DE BOM JARDIM DA SERRA/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de bacharel, no Curso de Economia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Desenvolvimento Socioeconômico.

Criciúma, 7 de Julho de 2016.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dimas de Oliveira Estevam – Doutor – PPGDS/UNESC - Orientador

Prof. Alcides Goularti Filho – Doutor - PPGDS/UNESC

Prof<sup>a</sup> Rossandra Oliveira Maciel Bittencourt – Doutoranda - UFPR

**A toda a minha família (mãe, avós, tios e sogros) e, especialmente, minha noiva, que provam todos os dias que somente nas misteriosas equações do amor, alguma lógica real pode ser encontrada.**

## **AGRADECIMENTOS**

Meus agradecimentos vão primeiramente a toda a minha família. À minha mãe Vanessa Romano e meus avós Rod Romano e Michaela Von Semenoff, pela minha formação como homem e ser humano. Aos meus sogros Tatiana e Roberto Debortoli, pelo carinho com que me acolheram e me ajudaram neste momento tão decisivo e desgastante. E, sobretudo, à minha noiva Isabela Debortoli, por estar comigo em todos os momentos desta caminhada dando apoio incondicional, sendo uma das maiores motivações em todas as noites escrevendo este texto e em todos os dias em que pensei que tudo estava difícil. O companheirismo, o carinho e a pureza das pessoas são imensuráveis e frutos de minha gratidão.

Devo registrar também agradecimentos aos Professores Thiago Rocha Fabris e Giovana Ilka Salvaro, pela disposição em ajudar em todos os momentos em que solicitei auxílio na disciplina de Monografia. E, em especial, ao Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam, por ser uma das grandes inspirações que me levaram a abordar o tema proposto e ter aceitado o desafio de ser meu orientador.

Por fim, é importante ressaltar que a lista de agradecimentos levaria uma vida toda para ser escrita, tamanha a quantidade de pessoas que me ajudaram desde que sai de perto da minha família, com uma mochila nas costas e com o objetivo principal de me tornar um economista. A todos eles, mesmo que não nominalmente, expressei meu carinho e a certeza de retribuição em qualquer momento da vida.

**“A dificuldade não está em se criar novas ideias, mas em se libertar das velhas.”**

**John Maynard Keynes**

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral descrever os fatores, que de alguma forma, bloqueiam ou fortalecem o desenvolvimento socioeconômico do município de Bom Jardim da Serra. A fundamentação teórica procurou realizar uma análise historicista demonstrando como os termos desenvolvimento e crescimento econômico foram se separando ao longo do tempo. Após isso, foram conceituadas obras que procuram o desenvolvimento para pequenos municípios como Bom Jardim da Serra. A metodologia foi de natureza descritiva com pesquisa bibliográfica e documental, que fundamentaram as análises quantitativas e qualitativas dos dados coletados sobre o município. A análise trouxe como conclusão que a cidade caminha bem em termos quantitativos, porém os mesmos fatores que fortalecem o desenvolvimento socioeconômico local criam condições que bloqueiam o avanço do mesmo e merecem atenção do poder público para reproduzir as condições de desenvolvimento humano neste pequeno município do interior Catarinense.

**Palavras-chave:** Bom Jardim da Serra. Desenvolvimento Socioeconômico. Desenvolvimento Humano.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Mapa da AMURES.....	31
-------------------------------	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estrutura demográfica do município de Bom Jardim da Serra (2010). ....	30
Tabela 2 - Distribuição da população por gênero no município de Bom Jardim da Serra e no estado de Santa Catarina. ....	31
Tabela 3 - Evolução da população total e por gênero do município de Bom Jardim da Serra nos Censos de 1991, 2000 e 2010. ....	34
Tabela 4 - Índice de Desenvolvimento Humano de Bom Jardim da Serra e Santa Catarina nos anos de 1991, 2000 e 2010. ....	35
Tabela 5 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Bom Jardim da Serra e seus componentes nos censos de 1991, 2000 e 2010. ....	36
Tabela 6 – Taxa de Analfabetismo, População Alfabetizada e Não Alfabetizada de Bom Jardim da Serra nos anos de 1991, 2000 e 2010. ....	38
Tabela 7 - Série histórica do IDEB para a Escola de Educação Básica Adolfo José Martins – Ensino Fundamental. ....	39
Tabela 8 – Número de Médicos em Bom Jardim da Serra no período de 2012 a 2016. ....	41
Tabela 9 – Crianças Nascidas Vivas no Município de Bom Jardim da Serra e crianças nascidas vivas que tinham mães residentes em Bom Jardim da Serra. ....	42
Tabela 10 – Produto Interno Bruto a preços correntes de Bom Jardim da Serra e Santa Catarina no período 2003-2013. ....	43
Tabela 11- Valor adicionado bruto a preços correntes por atividade econômica e respectivas participações em Bom Jardim da Serra. ....	44
Tabela 12 – Principais produções agrícolas no município de Bom Jardim da Serra considerando lavoura permanente e temporária no período 2004-2014. ....	45
Tabela 13 - Efetivo de rebanhos no município de Bom Jardim da Serra no período 2004-2014. ....	46
Tabela 14- Itens de Produção Animal em Bom Jardim da Serra no período 2004-2014. ....	47
Tabela 15 – Análise da Distribuição de Renda em Bom Jardim da Serra nos Censos de 1991, 2000 e 2010. ....	49

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMREC	Associação dos Municípios da Região Carbonífera
AMURES	Associação dos Municípios da Região Serrana
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Cariba
CNES	Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desempenho da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
OMS	Organização Mundial da Saúde
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RNB	Renda Nacional Bruta
SUS	Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS</b> .....	<b>16</b>
2.1 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO BRASIL.....	24
2.2 DESENVOLVIMENTO RURAL E OS PEQUENOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. .....	26
<b>3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	<b>30</b>
3.1 ESTRUTURA SOCIODEMOGRÁFICA. ....	30
3.2 EDUCAÇÃO .....	37
3.3 SAÚDE .....	40
3.4 ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA. ....	42
<b>4 CONCLUSÃO</b> .....	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>53</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Existem alguns adjetivos que norteiam o debate sobre economia e política ao redor do mundo, todos os dias. As pessoas incessantemente discutem, debatem, confrontam seus ideários de mundo. Porém, por muitas vezes, os termos vão ficando híbridos, e acabam definindo coisas das quais nem os próprios indivíduos sabem ao certo explicar. Muitas vezes, na busca por melhoria em sua qualidade de vida, os agentes econômicos clamam aos quatro cantos que precisamos de crescimento, de desenvolvimento! O centro da questão está em saber que há diferença entre esses dois conceitos e os desdobramentos que cada um deles traz.

Logo, quando se refere ao crescimento, a teoria econômica pede o aumento da renda, impulsionada pelo aumento da produção de bens e consumos em certo período de tempo. Toma como um de seus preceitos basilares o Produto Interno Bruto (PIB), que mede pura e simplesmente a produção existente em dado período de tempo. O aumento deste só se torna possível com cada vez mais consumo, impulsionado pelas grandes corporações que ocupam as metrópoles de todo o mundo, onde a circulação de mercadorias, de sonhos, deve ser mais “rápida do que a luz”. Gera uma necessidade coletiva de se adaptar a padrões, de seguir tendências, de se inserir a um meio. O que é importante ressaltar é que o crescimento econômico refere-se à variáveis quantitativas, ou seja, números e taxas. Quanto maior o consumo, maior a produção. Quanto maior a produção, maior a renda. Quanto maior a renda, maior o crescimento econômico. Correto? Bem, seria irracional dizer que não. A discussão mais adequada seria verificar que para estas variáveis quantitativas não importa se toda a produção esteja na mão de alguns poucos capitalistas, que o poder de consumo esteja concentrado na mão de poucos agentes e que o crescimento econômico seja um acontecimento benéfico para uma pequena parte da sociedade, dependendo da estrutura da mesma. Então chegamos ao enigma do desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento econômico procura, em sua essência, a análise de vários fatores exógenos e de vital importância para a vida do ser humano. Resumidamente, buscando com que os efeitos do crescimento econômico não se restrinjam a uma minoria e que isso seja absorvido por todo o sistema. Afinal, o crescimento econômico por si só é suficiente para melhorar a qualidade de vida das

peças? Um país rico é um país desenvolvido? Seria plausível dizer que todos os indivíduos teriam acesso à riqueza produzida e as benesses vindas delas?

A dicotomia demonstrada acima vem de encontro à visão que temos sobre as pequenas cidades, que cobrem a maioria do território Brasileiro. Quando pensamos em crescimento econômico (Ou desenvolvimento, mesmo com todos os equívocos provenientes disto) logo nossa memória nos remete as grandes cidades, com seus grandes arranha-céus, com um exército de mão de obra qualificada e oportunidades brotando do chão. Porém quando se pensa nas pequenas cidades brasileiras, o primeiro raciocínio é de atraso, de estagnação e de fuga de mão de obra. Cria-se então uma necessidade de se pensar oportunidades e meios para que estes municípios sejam integrados à conjuntura econômica do país. Que seus habitantes possam usufruir de maior qualidade de vida e acesso a serviços públicos mais eficientes. Que seja possível seu desenvolvimento econômico, de forma ininterrupta e sustentável.

Bom Jardim da Serra é um município localizado às margens da Serra do Rio do Rastro, nas cordilheiras da Serra Geral no estado de Santa Catarina. Entre os anos quarenta e sessenta do século vinte, com a expansão madeireira sobre o meio-oeste e o planalto catarinense, a cidade assistiu a uma época de crescimento populacional e econômico. Porém, quando a madeira acabou, as grandes madeiras deixaram a cidade, o que levou ao fechamento de grande parte do comércio local. O êxodo diminuiu em três vezes a população e a cidade, que viveu períodos de pujança, tornou-se uma economia que se dividiu entre as pequenas famílias agricultoras e os grandes proprietários de terra e seus latifúndios. Alguns anos depois, a introdução do cultivo da maçã tornou-se a principal atividade econômica da cidade.

Passadas algumas décadas, o panorama pouco mudou na cidade. Sua economia ainda é baseada no cultivo e plantio da maçã. O turismo ainda “engatinha”, mesmo sendo um setor com boas perspectivas e a grande propriedade de terra ainda domina o meio rural. A educação e a saúde tem dificuldades, e os jovens do município acabam tendo que ir embora para poder buscar oportunidades de estudo e emprego qualificados.

Já dizia Celso Furtado que deveríamos “pensar o Brasil com nossas cabeças”. Logo, um estudo de caso que trace novas estratégias de desenvolvimento

para os pequenos municípios, que são a maioria na geografia Brasileira, torna-se de fundamental importância para o progresso do país. Economias onde, via de regra, predomina a agricultura, que é um assunto pouco debatido comparado à sua importância. Segundo o Censo 2010, 45,46% da população de Bom Jardim da Serra ainda vivem no meio do rural, enquanto a média Brasileira é de 18,53%. Muitas dessas famílias ainda vivem da agricultura de subsistência ou são arrendatários de pomares de maçãs dos grandes produtores. Uma nova alternativa para essas famílias poderia impulsionar as relações de troca e os indicadores sociais, lembrando que o município tem um forte potencial para se tornar polo turístico e gastronômico, o que abre um novo leque de oportunidades.

Tendo como objetivo descrever os fatores que, de alguma forma, bloqueiam ou fortalecem o desenvolvimento socioeconômico de Bom Jardim da Serra/SC, destacam-se os seguintes objetivos específicos: (i) descrever o contexto histórico e sociodemográfico do município de Bom Jardim da Serra/SC (ii) coletar dados micro e macroeconômicos do município dentro do intervalo de pesquisa proposto e (iii) descrever os fatores que bloqueiam o desenvolvimento socioeconômico do município após a coleta e durante a análise dos dados.

A pesquisa realizada tem, primeiramente, um caráter descritivo bibliográfico baseado na Teoria do Desenvolvimento Socioeconômico ao longo da história da Ciência Econômica. Fundamentada no lastro da bibliografia de autores clássicos, realizou-se uma pesquisa documental e coleta de dados para, em posterior análise final, descrever os indicadores socioeconômicos da cidade de Bom Jardim da Serra/SC e como eles podem ser maximizados.

Os dados e informações expressos a seguir conceituam pesquisa bibliográfica e documental, respectivamente. A pesquisa bibliográfica é o tipo de pesquisa em que se explora o que já foi escrito e elaborado sobre o assunto, sendo as principais fontes livros e artigos científicos. Conforme a avaliação de Gil (2002), a grande vantagem da pesquisa bibliográfica reside em permitir ao pesquisador o acesso a um número muito mais amplo de dados do que poderia ser pesquisada diretamente, vantagem essa essencial quando os dados estão dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a qualquer um percorrer todo o país para se obter dados sobre população ou renda per capita.

A pesquisa documental muito se assemelha à pesquisa bibliográfica.

Segundo Gil (2002, p. 46), “nem sempre fica clara a distinção entre a pesquisa bibliográfica e a documental, já que, a rigor, as fontes bibliográficas nada mais são do que documentos impressos para determinado público”. Pode ser considerada pesquisa documental a pesquisa realizada em documentos como arquivos públicos, arquivos privados, dados de censos (Demográficos, Educacionais, Eleitorais, etc.), entre outros.

As pesquisas acima citadas foram realizadas utilizando referenciais da teoria do desenvolvimento socioeconômico e bases de dados como o IBGE, Atlas do Desenvolvimento Humano do PNUD, DATASUS, entre outros.

O presente trabalho procura respostas para a atual conjuntura socioeconômica Bonjardinense, por meio de dados sobre emprego, renda, saúde, educação, agricultura, entre outros.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de Bom Jardim da Serra em 2010 era 0.696, um aumento de 25,86% em relação a 2000. Este número leva a cidade ao patamar de município com índice de desenvolvimento médio. Possui uma área geográfica de 935.872 Km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 4,70 hab/km<sup>2</sup>. Sua população estimada pelo IBGE em 2015 é de 4.631 habitantes. Segundo o Censo 2010, 45,46% da população viviam no meio rural enquanto 54,54% viviam no meio urbano.

Além da introdução e da conclusão, o trabalho apresenta dois capítulos. No segundo capítulo, é apresentada a fundamentação teórica sobre desenvolvimento socioeconômico usando como ponto de partida a evolução sobre o debate ao longo da história da ciência econômica. Como os termos crescimento e desenvolvimento foram se separando ao longo do tempo, chegando a atualidade onde se entende crescimento como o acréscimo das variáveis quantitativas (Renda, Produção, etc.) enquanto o desenvolvimento econômico denomina-se como a fusão da análise das variáveis quantitativas com fatores qualitativos como distribuição de renda, qualidade da saúde e da educação entre outros. Feita esta série histórica, aproxima-se da realidade do município de Bom Jardim da Serra conceituando o desenvolvimento econômico em pequenos municípios através de autores que denominam municípios como rurais não apenas pela sua predominância de população ou área no campo, mas sim por outros fatores como a dependência de recursos naturais, o acesso a bens e serviços pela sua população e densidade demográfica, denominando assim

Bom Jardim da Serra como um município rural, e fazendo com que a análise do desempenho de sua agropecuária torne-se central na avaliação conjuntural do mesmo.

## 2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

O debate sobre o desenvolvimento vem sendo moldado desde a criação da ciência econômica. O primeiro grande enigma reside na pergunta: O que é mesmo o desenvolvimento? Já alertava Celso Furtado, que será muito citado no presente trabalho, para o ilusionismo que muitas vezes toma conta do pensamento econômico. Existem várias métricas por meio das quais se podem mensurar a conjuntura de um sistema, porém nem todas conseguem dialogar com a maximização da qualidade de vida dos indivíduos. Talvez o mais famoso deles seja o Produto Interno Bruto, a “vaca sagrada” dos economistas. Um país ou município que gera muitas riquezas não é necessariamente desenvolvido. Podemos olhar para o Brasil, um dos maiores geradores de riqueza do mundo. Seria o Brasil um país desenvolvido? Levando o debate mais adiante: A China e a Índia podem ser classificados como países desenvolvidos?

A segregação dos adjetivos crescimento e desenvolvimento foi sendo construída ao longo do tempo. Embora não tenham tratado sobre o termo desenvolvimento, os autores clássicos discutem as formas de maximizar o bem estar e a qualidade de vida das pessoas, gerando interpretações sobre suas visões de maximização do bem estar social pela utilização de diferentes instrumentos. É admitido que o crescimento gerasse desigualdades sociais, mitigadas ao longo do tempo através da tendência de equilíbrio seguindo o *laissez-faire*. Tal fato começa a ficar explícito na obra de Adam Smith em *Riqueza das Nações* (1776), que cita a ordem natural para o aumento da produtividade.

Segundo Cannan (1996, p.15)

[...] é da conjugação dessas influências filosóficas e metodológicas que emergem duas concepções pioneiras e revolucionárias contidas em *A Riqueza das Nações*. A primeira é a análise dos fenômenos econômicos como manifestações de uma ordem natural a eles subjacente, governada por leis objetivas e inteligíveis através de um sistema coordenado de relações causais. Dessa noção de sistema econômico, partilhada por Smith apenas com os fisiocratas, dentre seus contemporâneos, resultou nada menos do que a elevação da Economia à categoria de ciência, por identidade de método e fundamento filosófico com as ciências naturais existentes, rompendo com a tradição metafísica e com a polêmica empiricista vulgar que caracterizam, respectivamente, os escritos econômicos escolásticos e mercantilistas anteriores. A segunda é a doutrina segundo a qual essa ordem natural requer, para sua operação eficiente, a maior liberdade individual possível na esfera das relações econômicas,

doutrina cujos fundamentos racionais são derivados de seu sistema teórico, já que o interesse individual é visto por ele como a motivação fundamental da divisão social do trabalho e da acumulação de capital, causas últimas do crescimento do bem-estar coletivo.

Segundo Smith, as terras precisam ser cultivadas antes que alguma cidade tenha se estabelecido, e algum tipo de indústria ou manufatura precisa existir na cidade antes que se desenvolva o comércio exterior. Com dadas condições, a produtividade e a divisão do trabalho seriam aprofundadas, elevando os salários (Smith associa o crescimento diretamente à taxa de salário) e fazendo com que a “mão invisível” promovesse o desenvolvimento social, pautado nas ambições individuais. Ao estado caberia apenas a proteção de invasão de outras nações, o poder judiciário e os serviços públicos essenciais como educação e saúde. Qualquer ação estatal que ultrapassasse esses limites seria prejudicial para crescimento e, conseqüentemente, para o desenvolvimento econômico.

Outra visão clássica sobre crescimento e desenvolvimento econômico vem da obra de Thomas Malthus. Em *Ensaio sobre o Princípio da População (1826)*, o sacerdote inglês baseia sua obra em estudos estatísticos que afirmam que a população cresce numa taxa aritmética enquanto a produção de alimentos cresce em progressão geométrica. Logo, a miséria e, conseqüentemente, o subdesenvolvimento partem da digressão entre a oferta e a demanda de nutrimentos.

Essa desigualdade natural dos dois poderes, da população e da produção da terra, e essa grande lei da nossa natureza que deve manter constantemente uniformes suas conseqüências constituem a grande dificuldade, que a mim me parece insuperável no caminho da perfectibilidade da sociedade. (MALTHUS, 1996, p. 247).

Suas proposições para o combate a essa “ameaça futura” vão desde o controle da população e da guerra até a intervenção do Estado na economia. O autor era contra a teoria das vantagens comparativas, pois sendo defensor da guerra como uma política de controle populacional e queda na demanda por alimentos, o país não poderia ficar dependente da oferta de outro país que poderia ser alvo de seus ataques.

Além disso, Malthus temia o mau gerenciamento dos produtos pelos países ofertantes, o que agravaria suas previsões catastróficas. Também, usa a taxa de salários como referencial de desenvolvimento, usando o controle da população como variável inversamente proporcional. Em outras palavras, o objetivo de Malthus

era fazer com que a produção crescesse sempre a taxas mais altas que a demanda, gerando o desenvolvimento econômico. As medidas para se alcançar tal objetivo começavam em conceitos puramente econômicos como investimento e poupança, porém sempre atento aos índices de população, que deveriam manter-se em equilíbrio.

Para justificar sua teoria, Malthus (1996, p.247) explana que:

[...] por todo o reino animal e vegetal a natureza espalhou largamente as sementes da vida, com a mão mais generosa e pródiga. Ela foi relativamente parcimoniosa quanto ao espaço e à alimentação necessários para criá-los. As células vitais contidas nesta parte da terra, com bastante alimento e espaço para se expandir, preencherão milhões de mundos no decurso de uns poucos milhares de anos. A miséria que despoticamente permeia toda a lei da natureza limita estes mundos mediante determinadas restrições. Os reinos vegetal e animal se reduzem sob esta grande lei limitadora. E a espécie humana não pode, por simples esforços racionais, escapar dela. Entre as plantas e os animais suas conseqüências são a perda do sêmen, a doença e a morte prematura. Na espécie humana, a miséria e o vício. O primeiro, a miséria, é uma conseqüência absolutamente necessária da lei. O vício é uma conseqüência altamente provável e, por essa razão, o vemos predominar largamente, mas não pode, talvez, ser chamado de conseqüência absolutamente necessária. A provação da virtude é resistir a toda tentação do mal.

David Ricardo, que era contemporâneo de Malthus, compartilhava de muitas ideias semelhantes. Em uma corrente de pensamento voltada para o estudo da economia Inglesa, lutou arduamente contra a Lei dos Cereais (Tarifas de importação que visavam subsidiar os preços dos grãos britânicos frente aos produtores estrangeiros) em uma de suas principais obras, *Ensaio sobre a influência de um baixo preço do cereal sobre os lucros do capital* (1815). Em sua visão, o cereal nacional subsidiado em um preço elevado diminuiria a taxa de lucro dos capitalistas e o investimento, pois a taxa de salário estaria alta em demasia. Defendia um nível natural do salário sendo aquele necessário para manter o trabalhador com condições mínimas, pois nesse panorama o lucro dos capitalistas seria maximizado aumentando conseqüentemente o investimento.

Segundo Ricardo (1996, p.79)

[...] se o trigo e os produtos manufaturados fossem vendidos sempre pelos mesmos preços, os lucros seriam altos ou baixos, na medida em que fossem baixos ou altos os salários. Mas, embora o preço do trigo aumente quando mais trabalho for necessário para produzi-lo, essa causa não elevará o preço dos artigos manufaturados cuja produção não exigiu maior quantidade de trabalho. Se, portanto, os salários permanecerem os mesmos, os lucros dos fabricantes também não se alterarão. Se, no

entanto, como é absolutamente certo, os salários aumentarem com o aumento do trigo, então os lucros necessariamente diminuirão.

Resumidamente, a teoria de crescimento econômico de Ricardo gira em torno da evolução da taxa de lucro dos capitalistas. Sua afronta à Lei dos Cereais vai além da defesa do livre mercado, sendo uma forma de defesa dos interesses Ingleses quando propõe a Teoria das Vantagens Comparativas, em que os Britânicos deveriam se especializar em manufaturados (com maior densidade tecnológica e, portanto, maior taxa de lucro) enquanto outros países deveriam focar em produtos primários (O vinho Português e o tecido Inglês). Esta corrente de pensamento é introduzida em *Princípios da economia política e tributação (1819)*.

É tão importante para o bem da humanidade que nossas satisfações sejam aumentadas pela melhor distribuição do trabalho — produzindo cada país aquelas mercadorias que, por sua situação, seu clima e por outras vantagens naturais ou artificiais, encontra-se adaptado, trocando-as por mercadorias de outros países — quanto aumentar nossas satisfações por meio de uma elevação na taxa de lucros. (RICARDO, 1996, p. 88).

A primeira experiência de estudo que traz alguns dos conceitos, que consideramos como desenvolvimento econômico desprendido do termo crescimento, começa a surgir na obra de John Stuart Mill. O trabalho do filósofo e economista Britânico é notável, também, por conter os primeiros traços do que conhecemos hoje como teoria heterodoxa. Em sua obra, com destaque para *Princípios de Economia Política (1848)*, Mill ainda defendia o princípio do *laissez-faire*, mas com algumas ressalvas como políticas para combater monopólios, intervenção pública a fim de impedir abusos trabalhistas e pesquisas em universidades. Ashley (1996, p. 20) alega que simplificada, a posição de Mill é de que a intervenção estatal tem aspectos bons e ruins, sendo que seu objetivo seria maximizar os bons e minimizar os aspectos ruins. Quanto mais ampliada a liberdade do indivíduo, melhor. Quanto mais restrita a liberdade do indivíduo, pior. Preocupava-se com a igualdade entre homens e mulheres na sociedade e com o exercício da democracia.

[...] o mal em pauta é sentido em alguns governos vigentes da Europa onde seis ou oito homens, vivendo na capital do país e conhecidos sob o nome de ministros, exigem que todos os assuntos públicos do país passem – ou tenham que supostamente passar – por eles individualmente. Esse inconveniente seria reduzido a uma proporção bem aceitável, em um país que houvesse uma distribuição adequada entre os funcionários do governo central e do governo local. (MILL, 1996, p. 518)

Mill (1996) declara não se encantar com o modo de vida da busca pelos interesses individuais como vetor de desenvolvimento, e considera que esta etapa nada mais é do que os efeitos colaterais desagradáveis de uma das fases do crescimento industrial.

[...] é um incidente do crescimento, não uma marca de declínio, pois essa condição estacionária do capital não é necessariamente destruidora das aspirações mais elevadas e das virtudes heroicas, como a América, em sua grande guerra civil, o demonstrou ao mundo, tanto pela sua conduta como povo, quanto por numerosos exemplos individuais esplêndidos, e como também o demonstraria a Inglaterra — assim o esperamos — se fosse colocada em uma situação igualmente penosa e emocionante. Mas esse não é um tipo de perfeição social que os filantropos futuros desejarão muito ajudar a construir. Sem dúvida, é altamente conveniente que, enquanto as riquezas forem consideradas como poder, e o tornar-se o mais rico possível for um objetivo universal de ambição, o caminho para chegar a isso esteja aberto a todos, sem favorecimento ou parcialidade. Mas o melhor estado para a natureza humana é aquele em que, se por um lado ninguém é pobre, por outro lado ninguém deseja ser mais rico do que é, nem tem motivo algum para temer ser jogado para trás pelos esforços que outros fazem para avançar. (MILL, 1996, p. 327).

A grande ruptura com o pensamento clássico ocorre em Karl Marx com *Das Kapital* (1867). Em seus três volumes, o alemão faz sua descrição e crítica o capitalismo, caracterizando o desenvolvimento econômico como uma sucessão de fases que levaria ao socialismo, após o colapso do sistema capitalista de produção. Nesse sistema, os proletários se tornariam donos dos meios de produção emergindo a “Ditadura do Proletariado”. Marx (1996) alega que o modo de produção constituído do parcelamento do solo e dos outros meios de produção exclui a cooperação e a divisão do trabalho dentro do processo produtivo entre outros fatores. Quando se eleva a dado nível de desenvolvimento, começa a criar as bases de sua própria destruição.

A expropriação dos produtores diretos é realizada com o mais implacável vandalismo e sob o impulso das paixões mais sujas, mais infames e mais mesquinamente odiosas. A propriedade privada obtida com trabalho próprio, baseada, por assim dizer, na fusão do trabalhador individual isolado e independente com suas condições de trabalho, é deslocada pela propriedade privada capitalista, a qual se baseia na exploração do trabalho alheio, mas formalmente livre. Tão logo esse processo de transformação tenha decomposto suficientemente, em profundidade e extensão, a antiga sociedade, tão logo os trabalhadores tenham sido convertidos em proletários e suas condições de trabalho em capital, tão logo o modo de produção capitalista se sustente sobre seus próprios pés, a socialização ulterior do trabalho e a transformação ulterior da terra e de outros meios de produção em meios de produção socialmente explorados, portanto, coletivos, a conseqüente expropriação ulterior dos proprietários privados

ganha nova forma. O que está agora para ser expropriado já não é o trabalhador economicamente autônomo, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores. Essa expropriação se faz por meio do jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, por meio da centralização dos capitais. [...] com a diminuição constante do número dos magnatas do capital, os quais usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a extensão da miséria, da opressão, a servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, sempre numerosa, educada, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. O monopólio do capital torna-se um entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um ponto em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. Ele é arrebatado. Soa a hora final da propriedade privada capitalista. Os expropriadores são expropriados. (MARX, 1996, p. 366-368).

Assim, o processo de metamorfose do capital (D-M-D') e a exploração da classe trabalhadora seriam eliminadas. No seu tipo ideal de socialismo, rejeitava a ideia do *laissez-faire*. O que para Smith era uma virtude (Todos os indivíduos buscando apenas a “sua satisfação ótima”), para Marx era um egoísmo. Portanto, a luta de classes entre burgueses e proletários é a chave para o desenvolvimento da sociedade, pois destrói os valores que o capitalismo criou pautados na exploração da massa alienada.

A história de toda a sociedade até aqui é a história de lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, burgueses de corporação e oficial, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma luta ininterrupta, ora oculta ora aberta, uma luta que de cada vez acabou por uma reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou pelo declínio comum das classes em luta. (MARX; ENGELS, 1997, p. 29).

O crescimento econômico está intrinsecamente ligado à acumulação e concentração de capital, que criam os investimentos para aperfeiçoamento das técnicas e diminuição de custos. Capitais de pequeno porte não conseguem chegar a certos níveis de aperfeiçoamento. Logo, os capitalistas com maior poder de acumulação vão se perpetuando, gerando monopólios. A sucessão desse processo seria uma oferta ascendente com uma demanda descendente, que condenaria as empresas e o todo o sistema capitalista em nível global.

Na corrente pós-clássica Joseph Alois Schumpeter, em seu livro *A Teoria do Desenvolvimento Econômico (1921)*, aborda sua visão sobre o desenvolvimento capitalista e os ciclos econômicos. Para explicar a questão dos fluxos circulares da economia, aceita o equilíbrio estático Walrasiano onde a propriedade privada, a divisão do trabalho e a livre concorrência permaneçam. Por mais que tenha tentado

de alguma forma abordar esse tema, sua teoria sobre desenvolvimento acaba não sendo aplicável em países subdesenvolvidos, pois seus pressupostos não são condizentes com a realidade dos mesmos.

Analisando o equilíbrio estático que adotou da teoria de Walras, Schumpeter percebe mudanças espontâneas e contínuas nos fluxos circulares, tornando-o não tão estático assim.

A teoria do capítulo I descreve a vida econômica do ponto de vista da tendência do sistema econômico para uma posição de equilíbrio, tendência que nos dá os meios de determinar os preços e as quantidades de bens, e pode ser descrita como uma adaptação aos dados existentes em qualquer momento. Em contraste com as condições do fluxo circular, isso não significa por si só que ano após ano “as mesmas” coisas aconteçam; pois apenas significa que concebemos os vários processos do sistema econômico como fenômenos parciais da tendência para uma posição de equilíbrio, mas não necessariamente para a mesma. A posição do estado ideal de equilíbrio do sistema econômico, nunca atingido, pelo qual continuamente se “luta” (é claro que não conscientemente), muda porque os dados mudam. E a teoria não está desarmada frente a essas mudanças dos dados. Está construída de modo a aplicar-se às conseqüências de tais mudanças; tem instrumentos especiais para esse fim (por exemplo, o instrumento chamado quase renda). Se a mudança ocorrer nos dados não sociais (condições naturais) ou nos dados sociais não econômicos (aqui se incluem os efeitos da guerra, as mudanças na política comercial, social ou econômica), ou no gosto dos consumidores, não parece ser necessário nenhuma revisão fundamental nos instrumentos teóricos. Esses instrumentos só falham — e aqui esse argumento se junta ao precedente — quando a vida econômica em si mesma modifica seus próprios dados de tempos em tempos. (SCHUMPETER, 1997, p. 66).

Esse movimento é dado pela inovação, que para Schumpeter é a peça chave para o desenvolvimento. Inovação, que seria empreendida pelos indivíduos na posição de empresário inovador. Esse empresário estaria sempre em busca de novas oportunidades rentáveis onde houvesse lucros que poderiam ser aplicados no processo de crescimento da riqueza.

Chegamos agora ao terceiro dos elementos com que a nossa análise trabalha, a saber, a “nova combinação de meios de produção” e o crédito. Embora os três elementos formem um todo, o terceiro pode ser descrito como o fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico. Chamamos “empreendimento” à realização de combinações novas; chamamos “empresários” aos indivíduos cuja função é realizá-las. Esses conceitos são a um tempo mais amplos e mais restritos do que no uso comum. Mais amplos porque em primeiro lugar chamamos “empresários” não apenas aos homens de negócios “independentes” em uma economia de trocas, que de modo geral são assim designados, mas todos que de fato preenchem a função pela qual definimos o conceito, mesmo que sejam, como está se tornando regra, empregados “dependentes” de uma companhia, como gerentes, membros da diretoria etc., ou mesmo se o seu poder real de

cumprir a função empresarial tiver outros fundamentos, tais como o controle da maioria das ações. Como a realização de combinações novas é que constitui o empresário, não é necessário que ele esteja permanentemente vinculado a uma empresa individual; muitos “financistas”, “promotores” etc. não são e ainda podem ser empresários no sentido que lhe damos. (SCHUMPETER, 1997, p. 83).

Percebendo a alta ênfase dada à microeconomia por Schumpeter, pode-se perceber aqui uma nova dicotomia entre desenvolvimento socioeconômico e crescimento. Sua teoria adota métodos próximos aos autores clássicos, que argumentavam acerca do aperfeiçoamento da sociedade guiado pela mão invisível do mercado, tornando a maximização dos lucros como fator fundamental para o desenvolvimento do sistema.

Como se pode perceber após a breve contextualização histórica das correntes de pensamento, os termos crescimento econômico e desenvolvimento socioeconômico estiveram sempre diretamente interligados. Os autores clássicos trataram da questão olhando com mais afinco para a questão microeconômica, destacando-se Stuart Mill e Marshall, com um enfoque maior na questão social. Porém, a ideia do *laissez-faire* sempre se fez presente, contribuindo para o consenso de desenvolvimento (ou crescimento) enquanto um conjunto de ações individuais libertas de qualquer forma de controle. Adam Smith e David Ricardo criam obras próximas e complementares, em que as produtividades do trabalho e do capital eram essenciais para o crescimento exponencial das taxas de lucro, que gerariam o investimento que desenvolveria o sistema. Ricardo ainda complementa introduzindo a importância dos salários, concluindo que a taxa deve estar a um nível de equilíbrio (Salário Natural), pois altos rendimentos dos trabalhadores sufocariam as taxas de lucro dos capitalistas, trazendo malefícios para a economia.

Karl Marx faz uma profunda análise do capitalismo: como nasceu, como se reproduz e os reflexos para o sistema econômico. Aborda com afinco a questão do lucro, definindo-o como o motor do crescimento. O investimento advém dele, que é o resultado da acumulação do capital através da exploração da força de trabalho proletária. Logo, só haverá lucro (e investimentos) enquanto os trabalhadores forem explorados com seu capital humano e sua alienação. O motor do crescimento para Marx é a exploração. Fica claro o distanciamento da teoria Marxista com a dos clássicos, pois o sistema capitalista de produção vigente à época vivia sobre a égide do liberalismo econômico, conjuntura esta da qual estudou, analisou e criticou

severamente. O capitalismo era apenas mais uma fase de um ciclo, onde ele mesmo criaria as bases para a sua destruição, emergindo através da luta de classes uma nova organização: O socialismo.

Na teoria pós-clássica, há de se destacar a obra de Joseph Alois Schumpeter, que realiza uma análise microeconômica do crescimento. Fica clara aqui uma forte influência dos autores clássicos. Para Schumpeter, o crescimento ocorre a um nível micro para que haja reflexos no campo macroeconômico, sendo o reinvestimento do lucro (Investimento) o fator chave para que esse ciclo ocorra. Portanto, o desenvolvimento econômico em Schumpeter acontece por via da inovação e de novas tecnologias que eram trazidas e conduzidas ao mercado por meio do empresário inovador, a variável fundamental da teoria do economista austríaco.

## 2.1 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO BRASIL.

No Brasil, o tema desenvolvimento socioeconômico começou a ser explorado após o fim da Segunda Guerra Mundial. As duas grandes Guerras criaram grandes mudanças no sistema capitalista mundial, trazendo maior protecionismo e menor elasticidade da demanda por produtos de origem primária. Além disso, John Maynard Keynes e a “Revolução Keynesiana” trouxeram novos debates ao meio econômico se opondo verticalmente à teoria do *laissez-faire* (dominante até a “Terça Feira Negra” e o crash de 1929) e determinando que o Estado devesse participar da vida econômica. Este novo referencial teórico levou à criação da CEPAL (Comissão Para a América Latina e Caribe) em 1948. O objetivo da CEPAL era difundir o desenvolvimento econômico nos países Latinos, que estariam defasados em relação aos países do centro do sistema muito por conta da deterioração de seus termos de troca, comercializando produtos de baixa densidade tecnológica e tornando-se dependente da importação de produtos de alto valor agregado. Para a CEPAL, a América Latina vivia em uma “Desvantagem Comparativa”.

O maior expoente Brasileiro na CEPAL foi, sem dúvidas, Celso Furtado, que procurou analisar como em cada país, segundo suas especificidades, o desenvolvimento econômico ocorria no seio do sistema capitalista de produção. O pensamento Furtadiano, presente em obras memoráveis como *Formação Econômica do Brasil* e *O Mito do Desenvolvimento Econômico* salienta que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento constituem a representação de estruturas

sociais que resulta da prevalência de um ou de outro, podendo-se considerá-las como situações históricas distintas, mas derivadas de um mesmo impulso inicial (FURTADO, 1981). O economista Paraibano escreveu suas principais obras alinhando a abordagem Cepalina ao caso Brasileiro. Segundo Pereira (2011), em meados da década de cinquenta veio a inspiração para que Furtado realizasse sua obra prima.

[...] Perambulando pelas ruas do centro da cidade em que havia estudado no antigo ginásio, Furtado entrou numa antiga livraria onde adquiriu uma reedição do livro História econômica do Brasil, de Roberto Simonsen, que havia lido dez anos antes. Folheando o livro, deparou-se com uma grande quantidade de dados sobre o período colonial, o que despertou a ideia de tentar elaborar um modelo da economia do açúcar. Foi daí que surgiu Formação econômica do Brasil, redigido entre novembro de 1957 e fevereiro de 1958, nas “sobras de tempo entre o festival de debates teóricos a que assistia em Cambridge”. Nascia, talvez, o principal “clássico” do pensamento econômico brasileiro, que partindo da economia açucareira mapeava os principais ciclos e subciclos do modelo primário-exportador e sua transição para o modelo de industrialização substitutiva de importações. O método de Furtado nesse livro, de resto recorrente em toda a sua obra, foi o de aproximar a história da análise econômica. Foi também o primeiro livro a aplicar a teoria keynesiana ao caso concreto do Brasil. (PEREIRA, 2011, p. 128).

Logo, o desenvolvimento em todo o planeta tende a criar desigualdades latentes em algumas partes dele. Furtado foi fortemente influenciado pelo pensamento do argentino Raul Prebisch, que estuda o capitalismo como um processo de difusão desigual das inovações tecnológicas. A disparidade de progresso técnico entre a produção dos países periféricos com os países centrais traduz-se em desigualdades entre as nações, alimentando o subdesenvolvimento e a desigualdade ao longo do tempo. Para o economista Brasileiro o desenvolvimento econômico é um mito, conforme expõe em uma de suas obras: “O Mito do Desenvolvimento Econômico”. Em seus estudos nota-se uma clara afronta às correntes teóricas dominantes.

A conclusão geral que surge é que a hipótese de extensão junto ao sistema capitalista das formas de consumo que prevalecem atualmente nos países cêntricos não tem cabimento dentro das possibilidades evolutivas aparentes desse sistema. E é essa a razão pela qual uma ruptura cataclísmica, num horizonte previsível, carece de verossimilhança. O interesse principal do modelo que leva a essa previsão de ruptura cataclísmica está em que ele proporciona uma demonstração cabal de que o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco a sobrevivência da espécie

humana. Temos assim a prova cabal de que o *desenvolvimento econômico* – a ideia que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão *desenvolvidas*, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. (FURTADO, 1981, p. 88-89).

Portanto, fica evidenciado que a discussão que ronda o desenvolvimento e o crescimento econômico é um assunto com muitas arestas a serem aparadas. A análise histórica da teoria econômica acerca desses dois assuntos mostra que ainda há muito divergência entre as correntes de pensamento, e que o constante debate ainda levará a novas evoluções e provas empíricas.

Segundo Sandroni (1999, p.169)

O estudo do desenvolvimento econômico e social partiu da constatação da profunda desigualdade, de um lado, entre os países que se industrializaram e atingiram elevados níveis de bem-estar material, compartilhados por amplas camadas da população, e, de outro, aqueles que não se industrializaram e por isso permaneceram em situação de pobreza e com acentuados desníveis sociais.

Partindo da premissa de que as variáveis quantitativas não podem ser um fim em si mesmo, surge o estudo sobre o desenvolvimento socioeconômico e seus reflexos sobre a sociedade. No presente trabalho, o tema e a discussão serão aprofundados levando a ótica da teoria para o caso das pequenas cidades Brasileiras e em como o desenvolvimento socioeconômico pode ser facilitado nestes locais.

## 2.2 DESENVOLVIMENTO RURAL E OS PEQUENOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS.

Após a contextualização da teoria do desenvolvimento socioeconômico e de como o tema foi inserido e debatido no Brasil, o próximo passo é aproximar esta realidade dos pequenos municípios. Esses povoados, muitas vezes com menos de vinte mil habitantes são maioria na demografia Brasileira e é onde se encaixa o caso de Bom Jardim da Serra/SC. Segundo o Censo Demográfico de 2010 promovido pelo IBGE, mais de dois terços das cidades Brasileiras se enquadram nesta característica.

Então, porque o Brasil pode ser considerado um país predominantemente urbano? Essa visão, que vem ganhando força desde a década de 70 e tem sua fonte nas leis que determinam o conceito de Rural e Urbano. Em 2000 os dados

apontavam que 81,2% da população Brasileira era urbana, mesmo que esses dados surgissem de uma metodologia vaga segundo Veiga (2003).

O disparate é de tal ordem, que esse “grau de urbanização”, inventado pelo Estado Novo, faz do Pantanal a região mais urbanizada do país. Mais vale essa imagem do que mil palavras. (VEIGA, 2001, p. 1).

Portanto, temos aqui uma nova dicotomia entre a definição de aglomeração urbana e meio rural. Além da questão populacional e demográfica, a estrutura econômica desses municípios também deve ser analisada para verificar que estes pequenos povoados podem, muitas vezes, ser classificados como rurais.

Qualquer pessoa que conheça um município de pequeno ou médio porte localizado fora de aglomerações poderá confirmar que sua economia é essencialmente alicerçada na utilização direta de recursos naturais. Claro, haverá certamente atividades comerciais, de transporte e outros serviços. E mesmo indústrias classificadas como empresas urbanas. Só que quase tudo diretamente vinculado a lides agrícolas, pecuárias, florestais, pesqueiras, mineiras, ou recreações dependentes da natureza. (VEIGA, 2003, p.56).

Em municípios com essa característica, as famílias tendem a ser pluriativas, isto é, combinam sua atividade agrícola principal com outras ocupações como meio de maximizar sua renda e melhorar suas condições de vida. Esse fenômeno ocorre pois essa parcela da população ainda não obteve acesso ao processo de modernização da agricultura, e que por conta disso muitas vezes não conseguem rendimentos suficientes para sua subsistência conforme relata Graziano da Silva (1999). Fica latente então o motivo pela evasão de habitantes rurais para os centros urbanos tendo esta diversos fins como melhores oportunidades de emprego, acesso a universidades e polos de ensino, melhor sistema de saúde, entre outros.

No Brasil, embora seja inegável o grande investimento em eletrificação rural, estradas vicinais, transporte intramunicipal, saúde e educação, entre outros, que aprofundou os contatos entre as áreas rurais e as sedes municipais, não resta dúvida que a cobertura destes serviços bem como sua qualidade são, ainda, profundamente insuficientes e insatisfatórias. Não é de admirar que as áreas rurais não consigam atrair migrantes urbanos mais exigentes e permaneçam habitadas, sobretudo, em sua maioria, pelas pessoas que se relacionam em função da referência ao patrimônio familiar e aos laços de vizinhança. (WANDERLEY, 2009, p. 74).

O acesso a bens e serviços, portanto, pode ser classificado também como uma divisão entre o urbano e o rural. Segundo Wanderley (2009), o processo de

urbanização brasileiro criou essa enorme massa de municípios “pouco urbanos” (Ou rurais, se levássemos em conta a teoria de José Eli da Veiga), fazendo com que os setores industriais e de serviços se concentrassem nas grandes cidades. Enquanto isso, nas pequenas cidades brasileiras a propriedade de terra ainda continua altamente concentrada.

De fato, como tem sido exaustivamente lembrado no debate mais recente sobre o tema, no Brasil, a maioria das cidades que possuem uma população inferior a 20 mil habitantes – muitos especialistas referem-se às com menos de 50 mil habitantes – não oferece as condições mínimas para assumir esta vocação, sendo sua centralidade atribuída tão somente ao reconhecimento legal, enquanto espaços urbanos. Os critérios adotados para a sua caracterização ressaltam as funções administrativas que são atribuídas às aglomerações, legalmente definidas como urbanas, sem considerar sua efetiva capacidade, o que termina por reforçar a precariedade das zonas rurais circundantes, impedindo que muitas áreas urbanas também padeçam de limitações semelhantes. (WANDERLEY, 2009, p. 65).

Wanderley (2009) alega que é preciso considerar que a presença da indústria em áreas rurais não poder ser visto como uma cura para os problemas que essas áreas enfrentam. Se por um lado a instalação de uma indústria gera novos postos de trabalho, existem outras externalidades negativas que impactam como questões ambientais. Outro fato que deve ser considerado é que, muitas vezes, essa indústria não gera efeito multiplicador algum na economia do município.

O desenvolvimento rural foi por muito tempo associado às políticas públicas de intervenção nas regiões rurais para que fossem dirimidos os efeitos nas localidades que não conseguiam se integrar ao processo de modernização agrícola. A partir da década de 90, novas abordagens foram criadas acerca do tema. Hoje, existem várias políticas públicas voltadas para o meio rural não só como reparadoras, mas também como geradoras de desenvolvimento sustentável.

E o papel do Estado vem crescendo e se expandido desde meados da década de 1990, inclusive diversificando seu enfoque, agora não mais confinado apenas ao apoio aos assentamentos de reforma agrária e ao crédito para agricultura familiar, mas tratando de temas como políticas de segurança alimentar, combate às formas precárias de trabalho, regularização fundiária, apoiam as populações tradicionais (quilombolas, ribeirinhos) e ações de desenvolvimento territorial. (SCHNEIDER, 2010, p. 516).

Portanto, a grande chave para o desenvolvimento rural segundo Schneider (2010) seria a valorização da agricultura familiar e o reconhecimento de seu potencial dinamizador nas economias locais. Porém, ainda existem alguns

mecanismos de dominação social e cultural construídos ao longo do tempo pelas elites locais para legitimar seu poder e não perder privilégios que ainda bloqueiam o avanço de desenvolvimento rural. A emancipação social nestes casos é a melhor das alternativas, fugindo do clientelismo e do patriarcalismo. Segundo Schneider (2010), os focos das ações de desenvolvimento rural no Brasil devem ser o combate à pobreza e às múltiplas vulnerabilidades da população rural.

Seguindo os conceitos acima expostos por autores como Veiga, Wanderley e Schneider sobre a delimitação entre rural e urbano, o que os determina e as ações para seu desenvolvimento os dados coletados a seguir sobre Bom Jardim da Serra/SC serão analisados com a premissa de que o município se insere em um meio rural por sua baixa densidade demográfica, sua dificuldade em acessar bens e serviços de variadas formas e sua relação dependente de recursos naturais. Será considerado também o papel chave que as políticas públicas tem sobre o desenvolvimento rural em municípios semelhantes, sendo estes maioria no território Brasileiro.

### 3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O capítulo a seguir abordará a análise dos dados coletados de indicadores econômicos da cidade de Bom Jardim da Serra/SC. Primeiramente, será verificada a estrutura sociodemográfica do município estudando sua população, estrutura geográfica, etária e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A seção sobre educação abordará o comportamento da taxa de analfabetismo, bem como o desempenho da educação no município tendo como base as avaliações do governo federal. Na saúde, a estrutura do sistema público será debatida bem como as condições de atendimento à população. Por fim, a análise socioeconômica traz a conjuntura econômica Bonjardinense por meio de séries temporais que analisam e procuram, por meio de uma fusão com indicadores como o Índice de Gini, aliar a análise quantitativa à qualitativa sobre o desenvolvimento socioeconômico.

#### 3.1 ESTRUTURA SOCIODEMOGRÁFICA.

A tabela 1 apresenta a estrutura demográfica do município de Bom Jardim da Serra a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010.

Tabela 1 - Estrutura demográfica do município de Bom Jardim da Serra (2010).

<b>População (2010)</b>	4.395 habitantes
<b>Área de Unidade Territorial (km<sup>2</sup>)</b>	935.872
<b>Densidade Demográfica (hab/km<sup>2</sup>)</b>	4,70

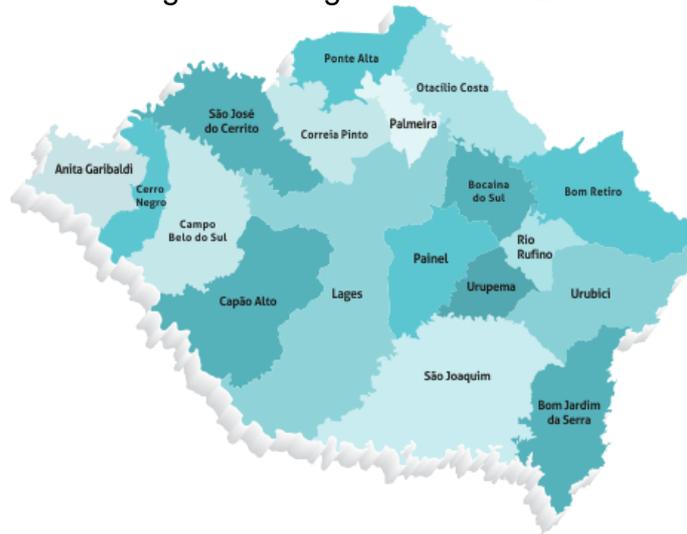
Fonte: IBGE (2010).

Como demonstra a Tabela 1, Bom Jardim da Serra possui uma área territorial de 935.872km<sup>2</sup> o que a configura como 20<sup>o</sup> maior cidade em extensão do estado de Santa Catarina. Está situada a uma altitude de 1245 metros acima do nível do mar e à beira da Serra Geral, em uma das regiões mais frias do país. Faz parte da Região Serrana Catarinense, Microrregião dos Campos de Lages e integra a Associação dos Municípios da Região Serrana – AMURES. Os municípios limítrofes são, Orleans, Urubici, São Joaquim, Nova Veneza, Siderópolis, Treviso e Lauro Muller sendo as três últimas integrantes da Associação dos Municípios da Região Carbonífera – AMREC . Sua densidade demográfica de 4,70 hab/km<sup>2</sup> a coloca como a terceira menor neste quesito no estado. Esta questão já demonstra a grande

quantidade de terra existente para criar novas alternativas de desenvolvimento sustentável, ressaltando que o município tem grande parte do seu território coberto por áreas de preservação ambiental como o Parque Nacional de São Joaquim.

A figura 1 exibe o mapa da AMURES e a localização do município de Bom Jardim da Serra.

Figura 1- Região da AMURES



Fonte: AMURES (2012).

A tabela 2 apresenta a distribuição da população por gênero comparando os números de Bom Jardim da Serra com o estado de Santa Catarina tendo como fonte o Censo Demográfico de 2010 do IBGE.

Tabela 2 - Distribuição da população por sexo no município de Bom Jardim da Serra e no estado de Santa Catarina.

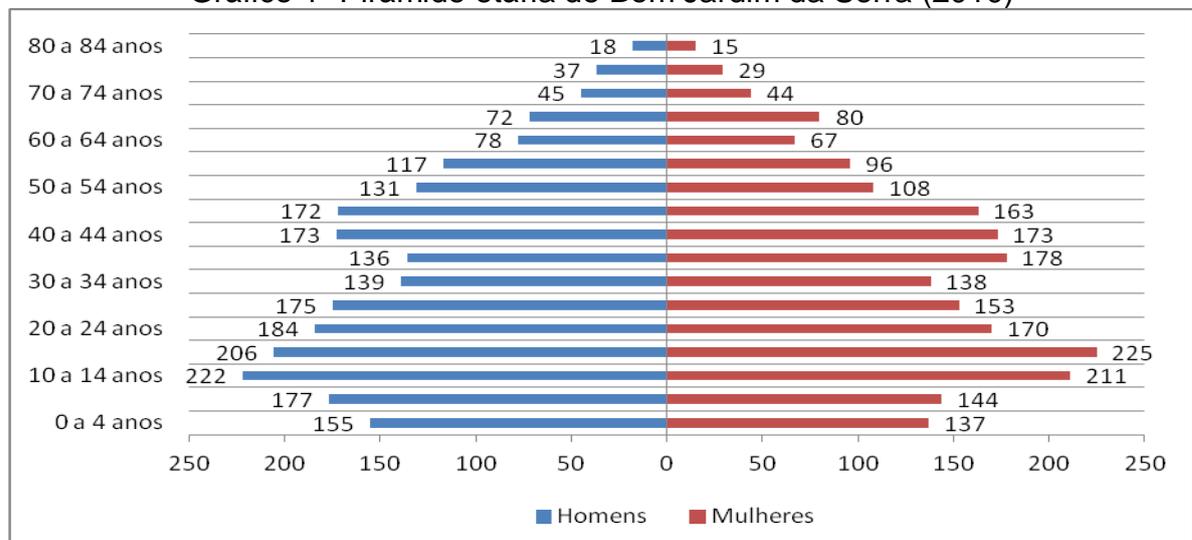
	<b>Bom Jardim da Serra</b>	<b>%</b>	<b>Santa Catarina</b>	<b>%</b>
<b>Sexo</b>	<b>Homens</b>	2.253	3.100.360	49,62%
	<b>Mulheres</b>	2.142	3.148.076	50,38%
	<b>Total</b>	<b>4.395</b>	<b>6.248.436</b>	<b>100%</b>

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010).

A tabela 2 demonstra uma leve predominância masculina no município, tendência que não é seguida pelo estado de Santa Catarina, onde há predominância feminina.

Após a análise da divisão por sexos da população do município, faz-se necessária a observação da pirâmide etária do município a fim de verificar como está a situação da população economicamente ativa da cidade, bem como verificar se as próximas gerações manterão os níveis de renovação da sociedade. A pirâmide demográfica é um histograma que mostra como estão distribuídos diferentes grupos de idade entre os habitantes, e sua altura é proporcional à quantidade representativa por sexo e idade desse conjunto de pessoas.

Gráfico 1- Pirâmide etária de Bom Jardim da Serra (2010)



Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010).

Conforme a pirâmide etária do município demonstra, a maior concentração de habitantes de Bom Jardim da Serra encontra-se no extrato entre dez e trinta anos de idade. Isso quer dizer que a maior parte da população Bonjardinense está pouco envelhecida e economicamente ativa, com uma parcela considerável também entrando ou estando prestes a entrar no mercado de trabalho. Segundo Bacha (2004), população economicamente ativa são as pessoas acima de certa idade (10 anos ou mais) que são aptas e desejam trabalhar, independente de estarem ou não trabalhando, incluindo empregados e desempregados. Estes efeitos vêm dirimir as consequências de outra parcela da população que está entre os quarenta e os cinquenta e quatro anos e que, muito em breve, estarão se aposentando. Um desafio a ser enfrentado é que muitos indivíduos acabam migrando para outras cidades em busca de capacitação acadêmica e profissional e não voltam para a cidade, como demonstra a tese sobre o acesso a bens e serviços de Wanderley

(2003). Tal fato pode adiantar que uma porcentagem dos habitantes que aparecem como população economicamente ativa recente pode rumar para outros centros em busca de melhores oportunidades, fazendo com que o índice de PEA do município fique menor.

Outra análise que pode ser realizada sobre a realidade etária e demográfica de Bom Jardim da Serra consiste nos dados de Razão de Dependência do município. A razão de dependência parte do pressuposto que jovens e idosos dependem economicamente da população economicamente ativa. Logo, este índice mede a participação relativa da parcela considerada potencialmente (ou economicamente) inativa sobre este grupo. Quanto mais alta a razão de dependência, maior o fardo sobre a média adulta. Segundo Berni e Lautert (2009), o acompanhamento da razão de dependência é fundamental para fornecer informações que contribuem na formulação de políticas na área de previdência social.

Tabela 3 – Razão de Dependência do município de Bom Jardim da Serra nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

<b>Ano</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Bom Jardim da Serra</b>	63,70	58,59	47,38
<b>Santa Catarina</b>	59,91	50,52	40,34
<b>Brasil</b>	65,43	54,94	45,92

Atlas Brasil (2013) - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Analisando os dados da Tabela 3, verifica-se que houve pequeno avanço entre 1991 e 2000, sendo o grande salto acontecendo no ano de 2010. Seguindo o conceito de razão de dependência, em 2010 havia 47,38 pessoas economicamente inativas para cada 100 pessoas. Este dado é positivo, pois mostra que ao longo dos anos a proporção da População Economicamente Ativa está em franco crescimento. A queda do índice entre 1991 e 2010 é de 25,62%. O índice do município comparado à média Brasileira segue trajetória semelhante, mesmo que ligeiramente maior à média nacional. No Brasil, em 2010, a cada 100 pessoas 47,38 eram economicamente inativas. O estado de Santa Catarina apresenta bons números, com uma razão de 40,34 pessoas inativas economicamente frente a 50,52 em 2000, uma queda de 20,15%.

A tabela 4 apresenta a evolução da população de Bom Jardim da Serra usando como fonte os Censos de 1991, 2000 e 2010 mostrando também como se comportou a população por gênero.

Tabela 4 - Evolução da população total e por gênero do município de Bom Jardim da Serra nos Censos de 1991, 2000 e 2010.

	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>Δ%</b>	<b>2010</b>	<b>Δ%</b>
<b>População Total</b>	4.153	4.079	-1,78%	4.395	7,75%
<b>Homens</b>	2.100	2.040	-2,86%	2.253	10,44%
<b>Mulheres</b>	2.053	2.039	-0,68%	2.142	5,05%

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010).

Como a tabela demonstra, houve uma queda de 1,78% na população entre 1991 e 2000, sendo a queda mais significativa na população masculina com 2,86%. Isso é reflexo de uma tendência histórica no município, que em 1970 tinha aproximadamente 6.500 habitantes. Entre as décadas de 50 e 60, Bom Jardim da Serra teve alta evolução populacional pela indústria madeireira que ali se instalara. Logo que a legislação ambiental disciplinou tal atividade econômica e a área de exploração foi diminuída, a indústria extrativa deixou a cidade levando à diminuição da população que teve seu ápice em 2000. Já entre 2000 e 2010 houve uma retomada no crescimento da população, com um significativo acréscimo de 7,75% com a população masculina crescendo a uma taxa de 10,44%. O equilíbrio entre o número de homens e mulheres no município permaneceu em todos os anos pesquisados, chegando a uma igualdade quase perfeita em 2000 e leve predominância de homens em 1991 e 2010. Entre 1991 e 2010, a população de Bom Jardim da Serra cresceu 5,83%, número pouco expressivo se considerado o fato de que a população do estado de Santa Catarina cresceu 37,57% no mesmo período. A população estimada do município pelo IBGE em 2015 é de 4.631 pessoas, o que representa um aumento de 5,37% em relação ao último Censo realizado.

A tabela 5 vai demonstrar e permitir a análise do Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Bom Jardim da Serra comparada com a evolução do estado de Santa Catarina. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) foi criado para ser uma nova forma de mensuração do desenvolvimento das economias levando em conta a análise de variáveis qualitativas e não pura e simplesmente as

variáveis quantitativas, como se tornou tradição no pensamento econômico à época vigente e que tem no PIB (Produto Interno Bruto) seu maior símbolo. Criado pelos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen, sendo este último vencedor do Prêmio Nobel de Economia em 1998.

Segundo o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o IDH é formado pelos pilares saúde educação e renda. Sendo a saúde a oportunidade de uma vida longa e saudável a todos medida por sua expectativa de vida. A educação seria a oportunidade de acesso ao conhecimento, sendo as variáveis determinantes a média de anos de educação das pessoas em fase adulta e a expectativa de anos de escolaridade para crianças que estão na idade de iniciar a vida escolar. O fator renda é o padrão de vida que os habitantes têm acesso, sendo a Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra constante. Para a realização do cálculo do IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) alguns ajustes metodológicos foram realizados. O Índice vai de 0 a 1 sendo que países com índice até 0,499 indicam desenvolvimento humano baixo, países com índice entre 0,500 e 0,799 considerados de médio desenvolvimento humano e acima de 0,800 denota desenvolvimento humano alto.

Tabela 5 - Índice de Desenvolvimento Humano de Bom Jardim da Serra e Santa Catarina nos anos de 1991, 2000 e 2010.

	<b>Bom Jardim da Serra</b>	<b>Santa Catarina</b>
<b>Ano</b>	<b>IDHM</b>	<b>IDH</b>
<b>1991</b>	0,395	0,543
<b>2000</b>	0,553	0,674
<b>2010</b>	0,696	0,774

Fonte: Atlas Brasil (2013) - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Conforme demonstrado pela tabela Bom Jardim da Serra apresenta um nível de Desenvolvimento Humano médio, acompanhando o estado de Santa Catarina mesmo que tenha um índice menor. Vale destacar a evolução que o indicador teve entre os anos de 1991 e 2000 caracterizando um aumento de 76%. No mesmo período analisado, Santa Catarina teve uma evolução em seu IDH de 43%. Tal fato pode ser analisado como um acompanhamento da tendência do país, que obteve grandes avanços neste quesito desde a década de 1990, maximizando a qualidade

de vida dos indivíduos em todo o país Bom Jardim da Serra ocupa a 2028ª posição no Ranking do Atlas de Desenvolvimento Humano e seu IDH é equivalente a cidades como Abelardo Luz em Santa Catarina e Pedro de Toledo em São Paulo.

Para entender melhor a trajetória de evolução do Índice de Desenvolvimento Humano de Bom Jardim da Serra, torna-se importante a análise das variáveis que compõem o indicador isoladas para verificar onde estão as maiores evoluções e as explicações empíricas das mesmas. Serão expostos e analisados os dados que compõem o pilar da metodologia do IDH (Educação, Saúde e Renda) com suas adaptações para o IDHM. A tabela 6 expressa o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Bom Jardim da Serra e seus componentes.

Tabela 6 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Bom Jardim da Serra e seus componentes nos censos de 1991, 2000 e 2010.

<b>IDHM e seus componentes</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>IDHM Educação</b>	<b>0,152</b>	<b>0,324</b>	<b>0,568</b>
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	18,22	23,87	40,38
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	14,34	49,96	88,31
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	24,87	49,47	92,10
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	4,53	33,92	52,45
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	11,84	17,93	36,34
<b>IDHM Longevidade</b>	<b>0,716</b>	<b>0,814</b>	<b>0,835</b>
Esperança de vida ao nascer (em anos)	67,98	73,86	75,12
<b>IDHM Renda</b>	<b>0,565</b>	<b>0,642</b>	<b>0,710</b>
Renda per capita (em R\$)	268,64	433,71	665,60

Fonte: Atlas Brasil (2013) - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Analisando os dados sobre educação fica evidente a clara evolução entre os Censos de 1991 e 2010. Houve um grande aumento da porcentagem da população maior que 18 anos com ensino fundamental completo e em 2010 quase a totalidade de crianças entre cinco e seis anos estavam frequentando a escola. Isso se deve pelo fato de novas escolas terem sido abertas no município, inclusive em localidades mais remotas com maior dificuldade de acesso ao centro da cidade. Para comprovar essa dificuldade, é válido ressaltar que, apesar de pouco populosa, Bom Jardim da

Serra tem um dos maiores territórios de Santa Catarina. As distâncias que, muitas vezes, precisam ser percorridas em estradas de terra podem inviabilizar o transporte dos estudantes para as escolas do perímetro urbano. A proporção da população entre 18 e 20 anos com ensino médio completo ainda é baixa, mas com a grande porcentagem das crianças entre cinco e seis anos frequentando assiduamente a escola, constatam-se sinais de evolução para os próximos anos. Outra questão importante a ser levantada é que o cálculo do IDH avalia apenas se a demanda de ensino está sendo coberta pela oferta do município, para que se faça possível uma análise da qualidade da educação no município tornar-se-ia necessária uma nova pesquisa com acesso a novas fontes de dados, como o Ministério da Educação.

A esperança de vida ao nascer cresceu 11% entre 1991 e 2010 sendo este o índice que mais contribuiu em valores absolutos para a evolução do IDH do município. O aumento na expectativa de vida de 67,98 para 75,12 anos pode ser explicados por vários fatores, sendo o principal deles a maior igualdade de renda que a sociedade Brasileira viveu nos últimos anos e que teve reflexos também sobre a sociedade Bonjardinense. Com maior poder de compra e renda média mais alta, os habitantes do município tiveram condições de acessar melhores condições de saúde em centros próximos como Lages (a maior cidade da Região Serrana Catarinense, distante 122 quilômetros) e Criciúma (maior cidade da Região Carbonífera, distante 78 quilômetros).

A renda per capita cresceu a “olhos vistos”, tendo um aumento de 148% entre 1991 e 2010. Este fato pode ser analisado também pelas mudanças que a economia Brasileira passou nas últimas duas décadas. A estabilidade econômica que o Plano Real trouxe juntamente com o controle da inflação possibilitaram os grandes avanços sociais que se realizaram principalmente nos anos 2000 e que refletem no resultado do Censo 2010 do IBGE. Políticas de distribuição de renda afetaram positivamente na renda per capita do município.

### 3.2 EDUCAÇÃO

Bom Jardim da Serra tem uma rede de ensino composta por uma escola pública estadual e duas escolas públicas municipais de ensino fundamental. Dessas três, duas estão localizadas no centro da cidade enquanto a última está localizada na localidade Altos da Boa Vista, no interior do município. Os estudantes de locais

mais isolados são conduzidos por meio de transporte escolar para a instituição de ensino mais próxima. A Tabela 7 demonstra a taxa de analfabetismo do município e os valores absolutos de habitantes alfabetizados e não alfabetizados.

Tabela 7 – Taxa de Analfabetismo, População Alfabetizada e Não Alfabetizada de Bom Jardim da Serra nos anos de 1991, 2000 e 2010.

<b>Ano</b>	<b>Taxa de Analfabetismo (%)</b>	<b>População Alfabetizada</b>	<b>População Não Alfabetizada</b>
<b>1991</b>	17,9	2.240	488
<b>2000</b>	9,3	2.551	261
<b>2010</b>	8,5	3.064	283

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010).

Segundo o IBGE, uma pessoa analfabeta é uma pessoa que não saber ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece. Segundo a Tabela 7, houve uma grande evolução neste indicador de Bom Jardim da Serra, sendo observada uma queda de 52,51% entre 1991 e 2010. Em 2010, a taxa de analfabetismo no município era de 8,5% enquanto a média Brasileira é de 9,4% segundo o Censo Demográfico. Essa evolução pode ser creditada à evolução na oferta de ensino por parte do município pelas Escolas Municipais e do estado pela Escola Estadual. Os programas de ensino supletivo também ajudam a alfabetizar a população com maior idade e que não teve oportunidade de acesso à alfabetização quando criança. Para ter acesso ao Ensino Superior, a população Bonjardinense precisa se deslocar para Lages (distante 122 km) ou Orleans (distante 47,5 km), sendo que para esta última há transporte disponível.

Para verificar melhor a qualidade do ensino público disponibilizado para a população de Bom Jardim da Serra, pode-se usar como fonte o índice do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). O IDEB foi criado pelo governo Brasileiro para medir a qualidade do ensino nas escolas públicas do país. Sua escala vai de zero a dez, mas a meta do estado é alcançar índice igual ou superior a seis até 2022. Segundo o INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2015), o IDEB sintetiza dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática. É calculado a partir de dados sobre aprovação escolar coletados no Censo Escolar e nas médias de desempenho

das notas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e na Prova Brasil e medido a cada dois anos. A tabela 8 demonstra a série histórica do IDEB e as respectivas metas do índice para o Ensino Fundamental da Escola de Educação Básica Adolfo José Martins, escola pública da rede estadual de ensino. Os dados referentes às Escolas Básicas Municipais Altos da Boa Vista e São Gerônimo não estão disponíveis.

Tabela 8 - Série histórica do IDEB para a Escola de Educação Básica Adolfo José Martins – Ensino Fundamental.

<b>Instituição</b>	<b>Ano</b>	<b>IDEB</b>	<b>Meta</b>
<b>Escola de Educação Básica Adolfo José Martins</b>	2007	3,8	3,6
	2009	3,1	3,8
	2011	4,2	4,1
	2013	3,6	4,5

Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Segundo Bueno, Pacífico e Amaral (2014), apesar dos avanços alcançados pelo IDEB em todo o Brasil desde 2007, o baixo desempenho ainda demonstrado torna árdua a caminhada para que sejam atingidos os índices de educação existentes nos países desenvolvidos. Este panorama é visto quando analisada a Tabela 6 com o IDEB da Escola de Educação Básica Adolfo José Martins para o Ensino Fundamental. O índice alcançado em 2013 é inferior ao conquistado na primeira medição, em 2007. Tal fato denota que a pro eficiência em Matemática e Língua Portuguesa dos alunos Bonjardinenses matriculados nesta escola juntamente com a taxa de aprovação piorou neste intervalo de seis anos. Por mais que a meta estipulada pelo Ministério da Educação tenha sido atingida em alguns anos, com ênfase para o ano de 2011 quando ocorreu a máxima registrada, o índice demonstra uma forte queda na qualidade do ensino disponibilizado no município. Por mais que não tenha sido possível a coleta dos dados das outras duas escolas municipais, vale ressaltar que a Escola de Educação Básica Adolfo José Martins é a maior escola do município com 421 matrículas, segundo o Censo Educacional 2015 do INEP e oferece boa oportunidade de análise por amostragem da conjuntura educacional. Portanto, é verificado um avanço na questão educacional quando

analisado o IDH e a cobertura da demanda por ensino por parte do município. Conforme verificado anteriormente, praticamente a totalidade das crianças entre 11 e 13 anos tem acesso à escola hoje em Bom Jardim da Serra, o que já é um dado elogiável. Porém, a grande lacuna a ser preenchida é a melhora do ensino disponível para essa população. Uma vez sanada a questão da quantidade, as atenções devem ser voltadas para a qualidade.

### 3.3 SAÚDE

A saúde é um direito universal de todos os Brasileiros e residentes e dever do estado determinados pela Constituição Federal de 1988, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988). O Sistema Único de Saúde (SUS) é um projeto de sucesso na questão da universalização do atendimento de saúde em todo o país, pois, mesmo com as dificuldades já conhecidas, possibilita o atendimento médico básico em todo o território do país por meio de vários programas como, por exemplo, o Mais Médicos, que contrata médicos estrangeiros para suprir a demanda interna e garantir atendimento universal a todos os Brasileiros.

Bom Jardim da Serra disponibiliza para sua população três unidades de saúde públicas que atendem pelo SUS, porém os atendimentos de alta complexidade costumam ser direcionados para as cidades vizinhas, com melhor infraestrutura para este tipo de ocorrência. A tabela 9 demonstra o número de médicos realizando atendimentos no município de 2012 até 2016. A Organização Mundial da Saúde (OMS) caracteriza como padrão ideal de atenção à saúde da população a razão de um médico para cada mil habitantes.

Tabela 9 – Número de Médicos em Bom Jardim da Serra no período de 2012 a 2016.

<b>Ano</b>	<b>Nº de médicos</b>
2012	2
2013	2
2014	2
2015	3
2016	2

Fonte: Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde no Brasil – CNES

Se usarmos como base a população total de Bom Jardim da Serra medida pelo Censo Demográfico de 2010 que é de 4.395 habitantes verifica-se que em 2015 quando o município teve três médicos à sua disposição, a razão era de um médico para cada 1465 habitantes, o que excede o parâmetro considerado ideal pela OMS. Nos outros anos, onde dois médicos trabalharam na cidade, a razão aumenta para um médico a cada 2198 habitantes.

Conforme destacou Wanderley (2009), uma das grandes dificuldades dos pequenos municípios consiste no acesso a bens e serviços. Essa é uma dificuldade enfrentada pela população de Bom Jardim da Serra. Por mais que os dados de Índice de Desenvolvimento Humano indiquem que a expectativa da população está aumentando, o atendimento médico da cidade está abaixo do padrão considerado como satisfatória pela Organização Mundial da Saúde. Portanto, uma das evidências que podem ser levantadas é a de que com o aumento de renda que toda a população Brasileira se beneficiou na última década as pessoas tiveram condições de buscar atendimento em outros municípios com melhor infraestrutura. A tabela 10 demonstra o comparativo entre o número de crianças nascidas vivas no município e o número de crianças nascidas vivas que tinham mães residentes em Bom Jardim da Serra entre 1994 e 2013.

Tabela 10 – Crianças Nascidas Vivas no Município de Bom Jardim da Serra e crianças nascidas vivas que tinham mães residentes em Bom Jardim da Serra.

<b>Ano</b>	<b>Nascidos Vivos no Município</b>	<b>Nascidos Vivos com mãe residente no município</b>
1994	14	52
1995	14	50
1996	1	72
1997	6	66
1999	6	58
2000	1	63
2001	2	62
2002	2	43
2003	3	55
2004	1	41
2010	2	50
2011	1	44
2013	1	39

Fonte: Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (2015).

Como demonstrado pela Tabela 9, o número de crianças que nascem vivas em outros municípios tendo mães residentes em Bom Jardim da Serra é muito maior do que o número de crianças nascidas vivas dentro do próprio município. Os anos de 1998, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2012 não foram expostos por inexistirem nos dados do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES). Reside na conclusão da tabela acima exposta mais uma evidência de que, por mais que os habitantes da cidade estejam vivendo mais, essa melhora nas condições de saúde que lhe atendem não podem ser diretamente ligadas ao próprio município. As mães das futuras crianças Bonjardinenses não tem facilidade no acesso a um serviço dentro do município, portanto, precisa dar a luz em outra cidade. Portanto, não há como afirmar com as informações expostas acima que o atendimento básico de saúde de Bom Jardim da Serra seja ruim, mas fica provado irrefutavelmente o fato de que há dificuldade no acesso destes serviços.

### 3.4 ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA.

Nesta seção, serão expostos e analisados os dados econômicos da cidade de Bom Jardim da Serra, para que a comunhão entre os dados quantitativos e os qualitativos possibilite uma análise que melhor explique a realidade do município. A

Tabela 11 demonstra o PIB (Produto Interno Bruto) de Bom Jardim da Serra e Santa Catarina entre os anos de 2002 e 2013.

Tabela 11 – Produto Interno Bruto a preços correntes de Bom Jardim da Serra e Santa Catarina no período 2003-2013.

<b>Ano</b>	<b>Bom Jardim da Serra</b>	<b>Santa Catarina</b>
2003	34.190	66.848.534
2004	27.509	77.392.991
2005	31.679	85.316.275
2006	39.376	93.146.754
2007	36.945	104.622.947
2008	49.865	123.282.295
2009	47.626	129.806.256
2010	56.187	153.730.336
2011	69.634	174.046.783
2012	70.521	191.635.751
2013	77.948	214.217.274

Fonte: IBGE (2013).

Conforme mostra a Tabela 11, Bom Jardim da Serra cresceu no período a uma taxa de 9,79% ao ano, estando bem próxima ao crescimento médio que o estado de Santa Catarina realizou no mesmo período, que foi de 12,42%. É possível verificar que houve três anos em que a economia da cidade diminuiu, com destaque para o ano de 2004 onde houve uma queda de 19,54% na produção de riquezas do município. Entre os anos em que foram registrados crescimento, o destaque fica para o ano de 2008, onde houve um aumento de 34,97%. Outro dado que a tabela esclarece é que o crescimento do PIB de Bom Jardim da Serra tem trajetória mais irregular com grandes curvas ascendentes e descendentes enquanto o índice do estado de Santa Catarina assume evolução constante e equilibrada, característica mais presentes em economias mais estáveis e desenvolvidas. Em toda a série pesquisada, Bom Jardim da Serra representava aproximadamente 0,04% do PIB Catarinense. A tabela 12 demonstra como cada setor contribui para a produção de riqueza na cidade.

Tabela 12- Valor adicionado bruto a preços correntes por atividade econômica e respectivas participações em Bom Jardim da Serra.

<b>Ano</b>	<b>Bom Jardim da Serra</b>	<b>Agropecuária</b>	<b>Indústria</b>	<b>Serviços</b>
2003	34.190	19.531	2.123	11.639
2004	27.509	12.773	2.690	11.109
2005	31.679	14.571	3.025	12.931
2006	39.376	18.967	3.568	15.018
2007	36.945	16.333	4.117	15.421
2008	49.865	25.639	4.123	18.841
2009	47.626	21.344	4.049	20.767
2010	56.187	24.995	5.120	24.352
2011	69.634	23.669	5.682	27.442
2012	70.521	17.637	5.957	28.891

Fonte: IBGE (2012).

A tabela 12 demonstra que a predominância da economia Bonjardinense encontra-se na Agropecuária e no setor de comércio e serviços, que cresce em volta do primeiro. A presença da indústria no município é muito pequena, correspondendo a 8% do PIB no ano de 2012. No mesmo ano, a agropecuária representava 25% e o setor de serviços 41%. O setor agropecuário vem perdendo força e terreno para o setor de serviços em toda a trajetória da série histórica acima apresentada. Um dos múltiplos fatores que podem vir a explicar esse crescimento no setor de serviços é a inauguração do Parque Eólico na cidade em 2011. O crescimento do comércio local e a evolução do turismo na região também são fatores determinantes para este aumento.

Usando a teoria de Veiga e Wanderley, classificamos o município de Bom Jardim da Serra como um município predominantemente rural, por sua dificuldade de acesso a bens e serviços entre outros fatores. A agricultura é um setor com grande relevância para a economia Bonjardinense, sendo a maçã o seu principal produto. O cultivo da maçã foi introduzido na cidade na década de 70 e é até hoje o meio de sustento de muitas famílias, que trabalham o ano todo nos pomares para proporcionar uma boa safra. Muitas vezes os fatores climáticos, como geadas fora de época, prejudicam a produção de maçã na região. A Tabela 13 demonstra os principais produtos agrícolas produzidos em Bom Jardim da Serra e suas trajetórias entre os anos de 2004 e 2014.

Tabela 13 – Principais produções agrícolas no município de Bom Jardim da Serra considerando lavoura permanente e temporária no período 2004-2014.

<b>Ano</b>	<b>Maçã (Toneladas)</b>	<b>Batata-inglesa (Toneladas)</b>	<b>Feijão (em grão) (Toneladas)</b>	<b>Milho (em grão) (Toneladas)</b>
2004	37.126	1.512	135	468
2005	28.699	1.512	98	630
2006	29.044	1.440	122	756
2007	47.687	2.200	108	840
2008	47.687	2.200	135	1.155
2009	33.250	1.200	180	1.260
2010	40.000	1.200	180	903
2011	48.999	1.200	135	910
2012	52.920	1.400	108	550
2013	44.550	1.680	252	840
2014	42.000	2.100	210	420

Fonte: IBGE (2014).

Conforme demonstram os dados, a maçã reina absoluta entre as produções agrícolas do município, considerando lavoura temporária e permanente. No ano de 2014, foram produzidas quarenta e duas mil toneladas da fruta para abastecer, principalmente, o mercado interno Brasileiro. Verifica-se grande alternância entre as safras, atingindo sua máxima em 2012 com 52 mil toneladas produzidas e sua mínima em 2005 com 28 mil toneladas considerando valores absolutos. O fato de estar suscetível às pragas e às condições climáticas inesperadas (que se tornam cada vez mais comuns ao longo dos anos) torna a safra da maçã cada vez mais uma grande incógnita. Considerando que a grande maioria das famílias produtoras não tem em seu poder aparato tecnológico para se prevenirem de algumas intempéries e o fato de muitos pomares serem arrendados por grandes proprietários de terra, a maçã vem enfrentando uma fase de enfraquecimento que pode ser constatada quando observada a grande baixa das safras de 2013 e 2014 perante a de 2012. Na série temporal pesquisada, o aumento médio foi de 4%. No noticiário atual, a maçã chinesa também surge como grande adversário para o produto Bonjardinense que fica ameaçado caso não hajam políticas públicas orientadas para a melhor produtividade e subsídios para dar sustentação econômica principalmente aos pequenos produtores.

Para os demais produtos agrícolas Bonjardinenses, fica o destaque também para o milho, o feijão e a batata inglesa. O milho em especial teve grande aumento de produção principalmente nos anos de 2008 e 2009 quando foram ultrapassadas as mil toneladas produzidas. Porém, no ano de 2014 a produção do grão voltou praticamente para a mesma escala que estava no primeiro ano da série pesquisada, tendo aumento médio de 5% na série pesquisada. O feijão teve um aumento médio de 12% e batata inglesa de 6%.

Juntamente com a agricultura, existe a pecuária que também exerce papel importante na economia local. O grande território que Bom Jardim da Serra possui constituídos por grandes planaltos e áreas montanhosas propicia o cultivo de rebanhos. A tabela 14 demonstra o efetivo dos principais rebanhos de Bom Jardim da Serra.

Tabela 14 - Efetivo de rebanhos no município de Bom Jardim da Serra no período 2004-2014.

<b>Ano</b>	<b>Bovino</b>	<b>Equino</b>	<b>Suíno</b>	<b>Ovino</b>	<b>Galináceos</b>
2004	30.141	1.897	1.859	1.627	8.260
2005	30.190	1.900	1.870	1.630	8.330
2006	30.100	1.850	1.840	1.600	8.200
2007	31.200	1.523	1.950	2.000	7.600
2008	31.996	1.620	2.000	2.300	7.200
2009	36.009	1.557	1.650	2.940	4.500
2010	29.856	1.560	1.580	2.860	4.760
2011	28.920	1.819	1.228	3.602	5.610
2012	34.451	1.671	1.074	3.069	4.520
2013	34.472	1.780	565	3.100	3.100
2014	36.174	1.753	520	3.000	3.000

Fonte: IBGE (2014).

Excetuando a criação do gado de corte, a grande maioria dos rebanhos de Bom Jardim da Serra está localizada nas propriedades rurais que já tem alguma outra atividade econômica, sendo este cultivo uma forma de garantir alimento ou algum incremento de renda. É verificada no rebanho bovino certa estabilidade durante toda a série pesquisada, onde a presença desse tipo de animal subiu 16% entre 2004 e 2014. Enquanto o número de ovinos quase dobrou, o rebanho suíno e a população de galináceos do município diminuíram. O efetivo de suínos caiu 73% na série analisada enquanto para os galináceos a queda foi de 61%. Tal queda no número dos galináceos pode ser refletida também quando analisada a produção de

ovos de galinha no município, que teve queda vertiginosa como pode demonstrar a Tabela 15, onde estão informados os principais produtos de produção animal de Bom Jardim da Serra.

Tabela 15- Itens de Produção Animal em Bom Jardim da Serra no período 2004-2014.

<b>Ano</b>	<b>Leite (Mil Litros)</b>	<b>Ovos de Galinha (Mil Dúzias)</b>	<b>Mel de Abelha (Quilograma)</b>	<b>Lã (Quilogramas)</b>
2004	1.083	47	48.530	3.260
2005	1.220	47	51.920	3.040
2006	1.331	45	50.500	2.800
2007	1.441	41	40.800	3.770
2008	1.531	39	30.000	4.388
2009	3.053	29	28.000	4.570
2010	3.256	14	26.000	4.420
2011	3.050	13	23.500	5.750
2012	3.825	10	78.400	5.330
2013	1.160	8	80.000	5.590
2014	1.100	8	60.000	5.000

Fonte: IBGE (2014).

A produção de ovos de galinha no município de Bom Jardim da Serra diminuiu drasticamente entre 2004 e 2014. Houve uma queda de 82% na produção, explicada pela diminuição no número de galináceos presentes na região acima exposta. A produção de leite teve seu grande ápice 2009 e 2012 quando atingiu a marca de três mil litros produzidos, mas voltando aos estágios iniciais em 2014. A produção de mel de abelha também é expressiva em Bom Jardim da Serra e tem apresentado crescimento, mesmo que em 2014 o avanço da produção tenha sido interrompido. Houve um aumento de 54% da produção em relação a 2004, e em 2013 houve produção recorde de oitenta mil quilos de mel. A produção de lã acompanha o crescimento do rebanho ovino e teve crescimento de 109% entre 2004 e 2014 sendo esta a produção que mais cresceu na Agropecuária Bonjardinense.

Logo, após analisados os dados da Agropecuária Bonjardinense, nota-se que não houve nenhum tipo de choque adverso envolvendo os principais produtos e produções do município. Analisando a composição do PIB de Bom Jardim da Serra, pode-se afirmar então que a ascensão do setor de serviços a setor que mais contribui com o Produto Interno Bruto está mais relacionada ao seu robustecimento

do que com suposto enfraquecimento da Agricultura e Pecuária. Temos aqui então uma primeira evidência de que o Turismo na cidade está em franca fase de expansão, considerando que o comércio local mesmo se desenvolvendo, não tomaria formas tão grandes a ponto de inverter este jogo de forças.

Durante o presente trabalho, foi descrita a estrutura socioeconômica do município de Bom Jardim da Serra com seus dados de educação, saúde, demografia e economia. Na seção econômica ficou exposta a evolução do município em valores absolutos, com o setor de serviços tomando um lugar de protagonismo antes ocupado pela agropecuária. Agropecuária esta que, ainda tem grande importância para a renda das famílias Bonjardinenses, e é dela que a maioria das famílias deste município obtém a sua renda. Após toda a demonstração, o foco se volta para a pergunta. O crescimento da economia Bonjardinense foi distribuído de forma igualitária entre a sua população? Tal questionamento pode ser respondido com a análise da evolução do Índice de Gini do município.

O Índice de Gini é uma ferramenta usada para verificar o grau de concentração de renda, apontando a diferença entre os rendimentos da camada mais pobre da população e a dos mais ricos de um sistema econômico. O Índice varia entre zero e um, quando um significa total concentração de renda, ou seja, toda a renda disponível na mão de apenas um agente econômico. Quanto mais próximo de zero estiver o Índice de Gini, mais próxima da total igualdade entre os agentes estará a economia. Reis e Rolland (2008) afirmam que, mesmo ainda tendo suas imperfeições, o coeficiente de Gini pode servir como uma aproximação inicial útil da ideia de democracia econômica. O Índice de Gini, juntamente, com o IDH, formam os índices basilares para quem quer compreender o desenvolvimento econômico como o aprimoramento das formas de vida das pessoas em sociedade, deixando de usar a análise quantitativa dos dados como fator principal e fazendo da mesma um instrumental de uma análise conjuntural que visa a demonstrar a melhora nas condições de vida humanas. A igualdade de renda é vital para o desenvolvimento socioeconômico. Não existe economia desigual totalmente desenvolvida. Análises empíricas indicam que, mesmo vivendo no sistema capitalista, desigual por natureza, os países mais desenvolvidos são aqueles que mais próximos chegam da igualdade de renda. A Tabela 16 faz uma análise sobre a distribuição de renda no município de Bom Jardim da Serra nos Censos de 1991, 2000 e 2010 tendo como análise final o Coeficiente de Gini.

Tabela 16 – Análise da Distribuição de Renda em Bom Jardim da Serra nos Censos de 1991, 2000 e 2010.

	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Renda per capita (em R\$)</b>	268,64	433,71	665,60
<b>% de extremamente pobres</b>	18,03	9,70	2,44
<b>% de pobres</b>	50,31	36,20	15,42
<b>Índice de Gini</b>	0,56	0,66	0,57

Fonte: Atlas Brasil (2013) - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Conforme análise da Tabela acima exposta é nítida a evolução da renda no município em Bom Jardim da Serra. A renda per capita mais do que triplicou em valores nominais entre 1991 e 2010. A parcela de extremamente pobres foi reduzida a quase zero em 2010, enquanto a porcentagem de pessoas pobres ainda continua alta, mas em latente curva descendente na série temporal. O dado negativo da Tabela encontra-se na análise do Índice de Gini, que não acompanhou o avanço dos outros indicadores e, após ter aumento de 18% entre 1991 e 2000 voltou aos mesmos patamares do início da série analisada. Podemos, então, verificar que a expansão da renda foi significativa em Bom Jardim da Serra nos últimos anos, mas esta expansão não foi distribuída de forma igual entre os agentes econômicos. A conclusão a que se chega quando analisada a estrutura de renda do município é de que houve crescimento econômico, mas que este não gerou o desenvolvimento econômico equivalente que um crescimento quantitativo deste tipo proporciona.

## 4 CONCLUSÃO

Os fatores que bloqueiam ou fortalecem o desenvolvimento socioeconômico de Bom Jardim da Serra, objetivo geral do presente trabalho foram demonstrados sob a ótica de que municípios com características como as deste precisam ser vistas como áreas rurais. Esta conclusão levou a pesquisa para a análise de dados qualitativos sobre desenvolvimento humano e quantitativos analisando a progressão do setor agropecuário da cidade.

No que tange à análise da demografia da cidade, é verificado que a população voltou a crescer após o grande êxodo que a cidade sofreu após o fim do ciclo extrativista da madeira na metade do século XX. Entre 2000 e 2010, a população Bonjardinense aumentou 7,75% e as projeções de população da cidade realizadas pelo IBGE indicam que o aumento continua em curso. Segundo o Instituto, a População Estimada em 2015 é de 4.631 habitantes frente aos 4.395 registrados no último Censo Demográfico Brasileiro. A população cresce, e a pirâmide etária demonstra que grande parcela da população Bonjardinense encontra-se em faixa de idade mais jovem, juntando-se recentemente ao grupo da População Economicamente Ativa. Esse é um fator positivo, porém para que ele traga benesses à cidade como maior qualidade e quantidade de mão de obra, a cidade precisa criar alternativas para que seus jovens não migrem para outros centros buscando melhores oportunidades de ensino e emprego. É necessária uma estrutura que atraia os jovens talentos da terra para voltarem às suas origens e se tornarem vetores de desenvolvimento local.

O IDH de 0,696 representa também grande avanço comparado aos anos anteriores, sendo classificada como cidade com desenvolvimento humano médio. Em 1991, com 0,395, Bom Jardim da Serra era uma cidade com desenvolvimento humano baixo. Essa grande evolução se deve à melhora no atendimento da demanda por ensino, possibilitando o acesso quase total à população em algumas faixas etárias. A Expectativa de Vida dos habitantes também subiu, evidenciando que suas condições de saúde melhoraram, não analisando agora se essa melhora ocorreu dentro do município ou em suas condições de deslocar-se até outros centros.

No quesito educação, o esforço em possibilitar o acesso da população ao ensino surtiu efeito, haja vista que a taxa de analfabetismo caiu pela metade em

relação a 1991. Esse fato pode ser explicado pela abertura de escolas municipais, que desafogaram a instituição estadual sediada na cidade e permitiu que moradores de lugares longínquos tivessem uma facilidade para acessar o ensino. A Escola Municipal Altos da Boa Vista está localizada no interior de Bom Jardim da Serra e para muitos moradores torna-se geograficamente mais interessante que as instituições do centro da cidade. Se a conquista de melhor acesso ao ensino é digna de elogio, fica a necessidade de melhorar o ensino disponibilizado. Os resultados do Índice de Desempenho da Educação Básica (IDEB) da maior escola do município estão muito longe da meta e não superam nem os índices conquistados na primeira pesquisa realizada. Uma vez sanada a questão da oferta de ensino, fica o desafio de proporcionar melhor qualidade ao serviço prestado. Percebe-se na educação uma atuação ambígua, sendo ela um fator que reforça o desenvolvimento local quando consegue inserir a maioria das crianças na escola, mas o bloqueia quando não consegue aliar quantidade à qualidade no ensino.

No sistema de saúde, é verificado que Bom Jardim da Serra tem um déficit de atendimento médico, se tomados como basilares os conceitos de razão de médico por habitantes satisfatórios pela Organização Mundial da Saúde. Esta informação juntamente aos dados que demonstram o pequeno número de nascimentos realizados na cidade indica que o aumento na expectativa de vida das pessoas, que reflete positivamente no IDH pode estar relacionado, principalmente, às melhores condições que a população teve nos últimos anos para poder ser atendido em grandes centros próximos ao município. Na última década, houve grande distribuição de renda, crédito e programas sociais no Brasil e esses fatores possibilitaram a ascensão de milhares de pessoas à classe média e lhes dando a chance de procurar novas alternativas de saúde.

No ambiente socioeconômico, percebe-se que a produção de riquezas cresce ano após ano impulsionado por múltiplos fatores determinantes. Analisando a composição do Produto Interno Bruto Bonjardinense, é demonstrada a evolução do setor de serviços como setor chefe da economia da cidade. A Agropecuária, que ainda é o meio de sustento de boa parte da população, vem perdendo protagonismo. Mas analisando a conjuntura deste setor ao longo dos últimos anos não é verificada nenhuma curva descendente significativa, por mais que a produção de seu principal produto, a maçã, venha diminuindo e fatores como a concorrência da fruta chinesa tornam-se cada vez mais preocupantes. As famílias que vivem no campo em Bom

Jardim da Serra precisam encontrar novas alternativas complementares que possam impulsionar seu desenvolvimento. Como o aumento da significância do setor de serviços não pode ser explicado por uma possível queda na agricultura, temos aqui uma evidência que o setor do turismo começa a ganhar força definitivamente e a criar as bases para seu desenvolvimento aliando boas condições para a iniciativa privada. A ABT (Associação Bonjardinense de Turismo) foi criada ainda nesta década e já vem colhendo os frutos da mobilização. Tendo como fatores que fortaleceram o desenvolvimento de Bom Jardim da Serra o aumento na renda per capita e na produção de riquezas do município (que gera efeito multiplicador), é importante ressaltar que os índices de distribuição de renda permanecem inalterados em relação a 1991, sendo que em 2000 teve forte alta. A riqueza na mão de poucos é um dos maiores venenos ao desenvolvimento socioeconômico, e nenhuma ação terá efeito positivo a médio e longo prazo se essa questão não for sanada.

Portanto, concluímos que Bom Jardim da Serra segue uma rota de desenvolvimento socioeconômico ao longo dos últimos anos, tendo como grande desafio eliminar os efeitos de duplicidade em setores que, ao mesmo tempo em que contribuem para uma economia desenvolvida socioeconomicamente, bloqueiam avanços significativos desta agenda.

Como crítica, fica a constatação da inexistência de dados na página oficial do município. Qualquer economista ou agente público precisa conhecer a fundo os fundamentos e a conjuntura do meio onde está inserido, para que as políticas públicas implantadas tenham a eficácia esperada. Quando se trabalha sem dados, tiros são dados no escuro. E a análise feita no presente trabalho, extraindo os dados de outras fontes, pode indicar esse possível desconhecimento do panorama social como um adendo importante aos fatores que bloqueiam o desenvolvimento socioeconômico.

Concluído este trabalho fica o legado do economista Celso Furtado, que pedia para que o Brasil fosse pensado com suas próprias cabeças. Quando pensamos no desenvolvimento de nosso meio, estamos cumprindo nossa parte como economistas e ajudando a possibilitar um futuro melhor. Quando escreveu que o desenvolvimento econômico é um mito, Furtado não nos deu apenas a chance de adquirir conhecimento por sua obra, mas também o desafio de provarmos que, como poucas vezes em sua carreira, ele estava errado. Tomemos este como o desafio de nossa geração.

## REFERÊNCIAS

- AMURES, Associação dos Municípios da Região Serrana. **Municípios Associados**. 2016. Disponível em: <http://www.amures.org.br/index/municipios-associados/codMapaltem/41772>. Acesso em: 19 abr. 2016.
- ASHLEY, W. J. Introdução In: MILL, John Stuart. **Princípios de Economia Política: Com Algumas de Suas Aplicações à Filosofia Social**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 484 p. (Os Economistas).
- BACHA, Carlos José Caetano. **Macroeconomia Aplicada à Análise da Economia Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 264 p.
- BÊRNI, D. A.; LAUTERT, V. **Mesoconomia - Lições de contabilidade social: a mensuração do esforço produtivo da sociedade**. Porto Alegre: Bookman, 2011. 662p.
- BUENO, Lucas Pedreira; PACÍFICO, Juracy Machado; AMARAL, Nair Ferreira Gurgel do. **Qualidade na educação e práticas pedagógicas: realidades e desafios**. Florianópolis: Pandion, 2014. 200 p.
- CANNAN, Edwin. Introdução In: SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Investigação Sobre Sua Natureza e Suas Causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. O novo rural brasileiro, 2.ed.rev. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1999.
- MALTHUS, Thomas Robert. **Ensaio sobre a População**. São Paulo: Abril Cultural, 1996. (Os Economistas).
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 483 p. (Os Economistas).
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 2. ed. Lisboa: Avante, 1997.
- MILL, John Stuart. **Princípios de Economia Política: Com Algumas de Suas Aplicações à Filosofia Social**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 484 p. (Os Economistas).
- PEREIRA, José Maria Dias (Comp.). Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, p.121-141, dez. 2011. Disponível em: [http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201111011216170.CD9\\_artigo\\_5.pdf](http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201111011216170.CD9_artigo_5.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2016.
- REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis. **Modernidades Alternativas**. São Paulo: Fgv

Editora, 2008. 336 p.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999. 650 p.

SCHNEIDER, Sergio. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate**. Revista de Economia Política. São Paulo, v. 3, n. 30, p.511-531, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n3/a09v30n3.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma Investigação sobre Juros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997. 201 p.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Investigação Sobre Sua Natureza e Suas Causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**. 2 ed. Campinas, SP: Autores associados, 2003.

VEIGA, J. E. **O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento**, v.15 n.43. São Paulo, set./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a10.pdf> Acesso em: 26 de Abril de 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade**. Estud. Soc. Agric, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p.60-85, jan. 2009.